

Caridade: manifestação religiosa ou estratégia de controle social?

Claudia Neves da Silva¹

Quando pronunciamos a palavra caridade, logo nos vem à mente a idéia de que é uma prática religiosa que tem por finalidade a assistência material e espiritual prestada aos mais pobres da sociedade. Uma ação fundada em valores como altruísmo, bondade, e que teria sido pregada e incentivada por Jesus Cristo e posteriormente, por seus seguidores.

A partir dessa concepção cristã de caridade, decidimos elaborar um texto no qual pudéssemos apresentar como e porque este valor cristão foi incentivado pelas diferentes religiões e os efeitos desta prática na população carente de bens materiais.

Tendo por objeto histórico a caridade enquanto manifestação religiosa, partimos do princípio de que a religião produz, conserva e garante uma quantidade de significados que cada indivíduo tem acerca de sua experiência pessoal, os quais são reproduzidos nas ações diárias em meio a uma realidade social marcada por conflitos, que por sua vez, são produtos ativos do que ocorre no campo econômico, político, social e cultural.

Devemos ter em mente que a caridade não se encontra em uma esfera isolada da realidade de um dado contexto histórico. Ao contrário, ela segue o movimento que se processa nos demais campos. É bem verdade que este movimento se dá de forma lenta e gradual, porque interfere com valores subjetivos - individuais e coletivos.

A idéia e a ação de ajuda aos excluídos dos bens materiais da sociedade promovida por uma instituição religiosa já vem de longa data. Se voltar a atenção para a Igreja Católica, verifica-se que desde o início de sua expansão na Europa a caridade foi pregada como valor a ser cultivado para quem desejava a salvação².

O discurso cristão acerca da caridade não teve por fundamento somente o amor ao próximo em situação de extrema pobreza, mas também teve por finalidade ampliar, fortalecer e legitimar a hegemonia política e econômica dos bispos da Igreja, bem como controlar os pobres³ que poderiam tornar-se uma perigosa fonte de tensões sociais.

¹ Doutoranda em História Social pela UNESP – Assis.

² De acordo com DINIZ (2004), a produção historiográfica voltada para a assistência aos pobres no período de expansão do papel social da Igreja na alta Idade Média concentrou-se na Península Ibérica, principalmente a partir do século VI, tendo em vista que houve uma expressiva produção intelectual dos clérigos daquele período.

³ Para a elaboração do presente artigo, será considerado pobre o indivíduo desprovido de bens materiais mínimos para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação de fragilidade e dependência perante a sociedade e considerado pelos demais grupos sociais em condição de inferioridade social.

Com a rápida expansão do cristianismo para o Ocidente e a adoção deste como religião oficial do Império Romano, possibilitou à Igreja - leia-se bispos - seu fortalecimento político com a ingerência em assuntos antes restritos aos funcionários do Império, no caso em questão, a assistência material aos desprovidos de condições materiais e físicas de sobrevivência. Neste contexto, a caridade serviu como um instrumento para aliviar as tensões sociais nas cidades, contribuindo para manter uma aparente paz social (MOLLAT, 1989).

A Igreja tornou-se a mediadora na ajuda de reis, nobres e mesmo de camponeses aos carentes de bens materiais, pois cabia a ela redistribuir os donativos dos primeiros para o segundo.

Nesse sistema de caridade, os bispos viam crescer seu poder perante os mais pobres, porque lhes amenizava as necessidades materiais; perante os mais ricos, porque lhes aliviava de suas necessidades espirituais; e perante o rei, porque contribuía para amenizar as tensões sociais, por meio do controle e disciplina dos grupos que poderiam ameaçar a ordem estabelecida.

Cabia ao episcopado das cidades, além de atender e prestar assistência a todos aqueles que se encontravam em situação de extrema pobreza, a construção e manutenção de hospitais e abrigos para os peregrinos, garantindo a cada dia, o crescimento e fortalecimento do poder político e econômico do episcopado entre os habitantes dos centros urbanos (Silva, 2002).

Avançando no tempo, verifica-se que a atuação dos bispos da Igreja junto aos excluídos dos bens materiais não arrefeceu, ao contrário, a prática caritativa continuou sendo exercida por clérigos e, logo depois, pelos cônegos das catedrais e monges. É importante frisar que algumas obras sociais que surgiam por orientação e incentivo de religiosos da Idade Média, perduram ainda nos dias atuais, dado a sua capacidade de organização interna para atingir os objetivos propostos em seu nascimento, bem como sua capacidade de adaptação à realidade onde se insere. Citaremos brevemente algumas delas.

Nos séculos XII-XIII, com as ordens mendicantes, houve uma ampliação da atividade assistencial da Igreja, já que estas determinaram que seus frades e conventos vivessem em pobreza, limitando a posse de bens ao mínimo necessário, sobrevivendo dos trabalhos manuais e da caridade de seus fiéis, ao mesmo tempo em que desenvolviam uma atividade pastoral voltada para a pregação, além de ter a assistência aos desprovidos de bens como objeto de ação.

Nesse sentido, Francisco de Assis (1182-1226) e Domingos de Gusmão (1170-1221) inovaram na prática da caridade, já que “declararam o valor do pobre e sua sacralização através do modelo de Cristo” (MOLLAT, 1989, p. 117), em uma sociedade em que humilhava

e desconsiderava os que eram privados de bens. Ambos trouxeram e implantaram um novo olhar diante do pobre, ou seja, vê-lo por seu valor espiritual e humano e não mais como instrumento de salvação do mais abastado.

À medida que a “revolução comercial” avançava pelas principais cidades européias, aumentava o número de pedintes, viúvas, enfermos, crianças sem famílias perambulando pelas ruas, representando, para a nobreza e para a pequena burguesia nascente, fonte permanente de tensão social. A Igreja Católica continuava a ser a instituição com o monopólio da assistência à população carente, criando e administrando hospitais, albergues e os asilos então existentes.

No ano de 1498, a irmã do rei de Portugal, criou, sob influência do frei e seu confessor, a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, cujo objetivo era amplo e diversificado, como ensinar, punir os malfeitores, cuidar dos doentes, alimentar os famintos, abrigar os pobres, indo, como se pode verificar, além do atendimento aos enfermos. A Santa Casa espalhou-se rapidamente por todo o Império Português, tornando-se uma irmandade leiga de poder e prestígio no que se refere à prática e obra de caridade.

Outra atividade assistencial fundamentada na caridade e que perdura ao longo dos séculos, são as obras sociais fundadas pelo padre francês (São) Vicente de Paulo (1581-1660), voltadas para a assistência aos pobres, como a Congregação da Missão, a Congregação das Filhas da Caridade e a Associação das Damas da Caridade.

Ainda na França, no século XIX surgiu um movimento de fiéis da Igreja liderados pelo estudante de Direito da Sorbonne, Antônio Frederico Ozanam, que tinha por objetivo ajudar com recursos materiais as famílias pobres residentes na cidade de Paris, dando-lhe o nome de conferência da caridade, posteriormente, conferência vicentina, porque inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo.

O que deve ser destacado nesse breve balanço historiográfico a respeito da caridade cristã é o fato de que ela estava assentada na idéia de que teria por função colocar rico e pobre frente a frente, com o propósito de buscar a conciliação e a convivência pacífica, tendo em vista que havia o receio de que os mais pobres provocassem um levante social, seja no período de retomada do crescimento das cidades, seja na sociedade pós-Revolução Industrial, quando era forte a insatisfação entre os operários, devido aos baixíssimos salários e as péssimas condições de vida e de trabalho.

Profundas e irreversíveis, as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que abalaram a Europa - divulgação do pensamento dos principais teóricos do período com a invenção da imprensa, o pensamento humanista penetrando os círculos intelectuais em

detrimento do pensamento teológico, o crescimento populacional, o aumento e fortalecimento do comércio entre as cidades, com o conseqüente aumento da produção industrial, a expansão marítima e colonial, que alargou as fronteiras da Europa - contribuíram para abalar a hegemonia da Igreja Católica neste continente.

E foi nesse contexto de grandes mudanças que se deu a eclosão e consolidação de uma teologia divergente da teologia da Igreja Católica. Os chamados reformadores levaram a teologia e liturgia para outros rumos, não priorizando, por exemplo, as ações práticas, ou seja, as obras exteriores, mas a necessidade de fortalecimento da fé e da prática religiosa; além de rejeitarem a existência de mediadores na relação homem e Deus, já que a fé seria suficiente para este fim.

Esse novo panorama religioso e teológico trouxe conseqüências nas esferas tanto social e cultural, como política e econômica da sociedade européia. Novos encaminhamentos se fizeram sentir no comportamento e nas ações política e econômica dos neoconvertos.

Nos países em que a Reforma Protestante alcançou grande repercussão, com a eclosão de movimentos religiosos e a fundação de novas igrejas, a caridade não era exortada como principal ação e/ou fonte de salvação. As nascentes igrejas protestantes, como as Igrejas Luterana e Anglicana, as que vieram no rastro do movimento pietista e do metodismo, na área social voltaram-se majoritariamente para a educação: a dedicação a Deus e o trabalho como vocação maior a ser seguida eram os principais valores pregados nestas sociedades e a educação seria um instrumento para este fim.

Nos demais países em que a Igreja Católica manteve seu poder de influência, a caridade continuava a ser pregada enquanto virtude maior a ser alcançada, determinando que o encontro com Deus se daria de forma mais completa quanto mais o fiel praticasse e vivesse a caridade, a fé e a esperança - a denominada virtude teologal, formulada por um dos disseminadores do cristianismo, o apóstolo Paulo.

Mais uma vez avançando no tempo e voltando a atenção para o Brasil, verifica-se que aqui também a assistência aos mais pobres coube à Igreja Católica, seja por meio de ações individuais de seus fiéis, seja pelas instituições mantidas pela mesma. A situação econômica e social do país não interessava à Igreja, sua preocupação era ampliar a área de influência entre as classes dirigentes e grandes plantadores de cana-de-açúcar e café (leia-se latifundiários).

Com o lento início do processo de industrialização brasileira, o crescimento dos centros urbanos e, como conseqüência, o aumento de famílias vivendo em situação de miséria, do número de trabalhadores que não conseguiam manter a si e a sua família apenas com seu salário, constatou-se que, ao lado de ações individuais de cunho caritativo, a

hierarquia católica estimulou a fundação de instituições que atendessem a estes grupos, com o propósito de amenizar a pobreza e contribuir para restabelecer a ordem social e política e, principalmente, evitar que as idéias socialistas e comunistas se alastrassem entre os trabalhadores das indústrias, pois o período foi marcado pela ascensão do movimento operário, exigindo do Estado e dos empresários e industriais respostas para a crescente demanda do operariado urbano.

No que se refere às igrejas protestantes históricas, estas continuaram a dar maior destaque à área da educação, com a fundação de universidades e colégios. As ações assistenciais limitavam-se a iniciativas particulares de pastores, não sendo uma orientação da hierarquia das diferentes denominações religiosas.

Com a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve uma ampliação da legislação social e trabalhista, bem como maior atenção à área social e assistencial. Para isto, o Estado convocou a Igreja, por conta de sua experiência neste setor e por sua contribuição na manutenção da ordem, a partir de um discurso paternalista e autoritário (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

As primeiras medidas de proteção social implementadas pelo Estado destinavam-se àqueles que não possuíam condições de garantir sua manutenção e reprodução a partir de sua inserção no mercado, isto é, aos deficientes, às crianças, aos idosos. Contínua e progressivamente, o Estado foi assumindo algumas ações na área da assistência que, por sua vez, foi adaptando-se ao contexto econômico, social e político pelo qual passava a sociedade brasileira, preservando, no entanto, seu caráter de ação emergencial, fragmentada e compensatória, com características marcadamente paternalistas e repressoras e em sintonia com a benemerência dos indivíduos ligados ou não à igreja.

Enquanto o processo de industrialização corria a pleno vapor na região sudeste, nas demais regiões do país a realidade era outra: trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras pela seca e/ou pelos proprietários de grandes latifúndios e migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Ao chegarem aos centros urbanos, iam morar em favelas ou cortiços, porque não conseguiam trabalho que lhes garantissem melhores condições de vida, por conta da pouca ou nenhuma qualificação, longe do centro da cidade e do local de trabalho, com transporte insuficiente e à margem do comércio, sem condições de acesso aos (poucos disponíveis) serviços públicos, como saúde, educação, assistência social.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um intenso processo de industrialização e urbanização do Brasil, com a conseqüente diversificação de sua economia.

O salário dos operários das indústrias cresceu, aumentando o consumo e favorecendo as indústrias de consumo.

Essa nova realidade econômica, social e política também provocou a formação de uma sociedade de massa carente de novos valores morais e espirituais e de igrejas que atendessem aos anseios de uma nova leva de imigrantes e trabalhadores que se instalavam nas cidades. Assim, uma nova forma de viver e expressar a religiosidade - e que já havia se instalado no Brasil em 1910 e 1911 a partir do surgimento de duas igrejas, a Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus, respectivamente - cresceu e ganhou maior visibilidade na sociedade: as igrejas pentecostais (FREESTON, 1996)⁴.

Ademais, os neoconvertos também buscavam nessas novas igrejas antigos valores, como amizade, ajuda e apoio da fraternidade cristã, isto é, a solidariedade do próximo que se encontrava na mesma situação de exclusão social e em precárias condições de manter a si e a sua família.

Quanto a ação das instituições religiosas no que tange a atenção aos mais empobrecidos, as igrejas católica e protestantes diferenciavam-se. A primeira adotou novas práticas, como o Movimento de Educação de Base, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, as quais passaram a dividir espaços com práticas tradicionais, havendo maior contato com a pobreza das cidades e campos. Tais práticas levaram a novos e diferentes discursos religiosos.

Já as demais igrejas continuavam centrando sua ação na educação e pontuais ações assistenciais, enquanto as pentecostais lentamente avançavam entre os trabalhadores subempregados e desempregados, bem como entre suas famílias, pregando a bênção do Espírito Santo, assim como a cura e a libertação das forças malignas para solução dos problemas cotidianos.

Na década de 1970, a situação econômica e social deteriorou-se ainda mais, apesar de o Brasil estar vivendo o período do chamado "milagre econômico" (1968 - 1973) quando se registraram altas taxas de crescimento, com amplo programa de investimentos do Estado na economia e aumento dos investimentos estrangeiros. Na verdade, o chamado "milagre econômico" brasileiro não ocorreu por "obra divina", mas a partir de ações na área econômica, que assentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira (MENDONÇA & FONTES, 1996).

⁴ Freston (1996) apresenta como modelo explicativo para o surgimento e crescimento de uma diversidade de denominações religiosas no Brasil a metáfora de ondas. primeira onda: 1910 -1911; segunda onda: 1950 – 1960; terceira onda: 1970 - 1980.

Voltando mais uma vez para a atuação das igrejas na arena política e social, no interior da Igreja Católica surgiram e fortaleceram-se as comunidades cristãs de base e as pastorais sociais que difundiram e aprofundaram a expressão e a celebração da fé e da esperança ligadas a uma prática política.

Enquanto isso, as ações sócio-assistenciais de algumas denominações religiosas passaram a ganhar visibilidade após a publicação de um documento no qual as igrejas evangélicas deveriam se comprometer com as novas questões sociais que se apresentavam na realidade daquele momento: o denominado Pacto de Lausanne.

Com a declaração deste Pacto, fruto do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que reuniu 2700 líderes de igrejas evangélicas na Suíça, em 1974, deu-se grande ênfase para a necessidade de evangelização das sociedades não-cristãs, sendo lembrada, não obstante, a importância de uma maior atenção à área social.

Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para o envolvimento com os movimentos sociais e políticos. A intenção era o incentivo para ações e atividades junto àqueles que estivessem em situação de pobreza, bem como a necessidade de evangelizar os indivíduos não alcançados que não conhecessem Jesus Cristo.

Reforçamos tal afirmação com o fato de que em 1989 ter ocorrido o II Congresso, de onde se organizou o movimento internacional denominado AD2000 e cujo objetivo principal foi “mobilizar a Igreja de Jesus Cristo em sua tarefa de levar o Evangelho para todas as pessoas e plantar igrejas em todo o mundo”. No Brasil, sua principal tarefa foi “estimular, motivar e criar redes de trabalho junto aos mais variados segmentos da Igreja Evangélica”, pouco abordando, também, os problemas sociais e políticos, mas a evangelização de crianças e adolescentes, homens e mulheres.

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização foi por meio da criação de instituições sócio-assistenciais e campanhas de solidariedade, quando houve a possibilidade de maior contato com diferentes segmentos sociais, principalmente os de baixa renda.

Outrossim, há que se destacar que muitos de seus fiéis também são excluídos dos bens, riquezas e serviços da comunidade, exigindo das igrejas uma atenção que deveria ir além de orações, já que os fiéis vão à igreja em busca de solução para seus problemas cotidianos.

Foi nesse período que algumas igrejas pentecostais, não obstante sua ação centrada na oração, com o reforço da subjetividade e da emoção, também voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos carentes de bens materiais e serviços sócio-assistenciais.

Contudo, essas ações partiram da iniciativa de pastores que, ou possuíam uma formação religiosa mais aprimorada, com conhecimentos teológicos, filosóficos e legais, levando-o a dedicar uma atenção mais planejada e sistematizada à população carente; ou de pastores que levados por motivações pessoais, voltaram-se para esta área, mas apresentando dificuldades de levar o trabalho adiante.

Verifica-se que as denominações religiosas de modo geral não adotam como política de ação a criação e manutenção de instituições sócio-assistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros realizarem tais atividades. São ações ancoradas em um trabalho individual, centralizado no pastor ou pessoas de sua confiança, não um trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, porque não é prevista e planejada nos estatutos da mesma.

Na verdade, o pouco interesse das igrejas desenvolverem atividades sociais justifica-se pelo fato de elas construírem sua teologia tendo por base a bênção do Espírito Santo, ou seja, aquele que se converte e recebe o batismo do Espírito Santo tem a possibilidade de fortalecer-se perante as agruras da vida cotidiana, como o desemprego, a fome, a doença. As obras deixam de ser essenciais porque não são elas que levarão à libertação e à salvação, mas a justificação pela fé.

Acreditamos que a entrada de igrejas nessa seara, isto é, a ação social, é motivada pelo crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, entre elas, seus fiéis, que vão em busca de solução para seus problemas imediatos. Em um mercado tão competitivo como o religioso, apresentar novos serviços possibilita aumentar o número de fiéis, além de demonstrar respeitabilidade porque preocupados com os problemas sociais.

Há que se destacar ainda, a omissão do Estado na busca de respostas para os problemas sociais. A intervenção estatal na área assistencial configura-se como uma ação emergencial, fragmentada e autoritária, e não um serviço para assegurar e estender os direitos sociais aos que se encontram em precárias condições de sobrevivência.

É a partir dessa perspectiva que o poder público incentiva a solidariedade, que deixou de ser um instrumento de união entre indivíduos ou mesmo entre grupos e classes sociais para tornar-se uma ferramenta nas mãos do Estado para omitir-se na garantia do mínimo necessário para a sobrevivência dos excluídos sociais, incentivando para tanto, a criação de uma rede de solidariedade, e tendo as igrejas de diferentes denominações religiosas como um dos principais sustentáculos desta rede.

E muitas igrejas não se omitiram, ao contrário, a partir de seus princípios e valores responderam a esse chamado, criando e administrando instituições sócio-assistenciais.

Considerações finais

Independente de definições e intenções na prática da caridade cristã, verifica-se que a negação do conflito gera uma relação que se propõe de irmãos, mas não irmãos em condições de igualdade, porque um está em melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquista a redenção através da doação, da esmola, visto que o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado, já que por sua inaptidão, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem.

Essa situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade de quem tem mais, pois sua condição é consequência de problemas individuais que não foram superados por si, necessitando da intervenção do outro em melhores condições materiais. Além disso, possibilita ao Estado continuar omitindo-se no atendimento a população carente de bens e serviços, bem como a busca de soluções para a superação da miséria em que vive um número escandaloso de homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes de nossa sociedade.

Referência

- DINIZ, Rita de Cássia Damil. *A problemática da assistência na sociedade visigoda nos séculos VI e VII: um estudo comparativo dos modelos assistenciais masoniano e isidoriano*. 153p. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.67 – 159.
- IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 7ª ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1990.
- MENDONÇA, S.R., FONTES V.M. *História do Brasil recente: 1964 – 1992*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- MOLLAT, M. *Os pobres da Idade Média*. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- Pacto de Lausanne, Suíça, 1974.

SILVA, L.R. da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. In: *História: Questões & Debates*. Nº 37. Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2002. p. 67 – 84.